

SERJUSMIG

Notícias

Informativo do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais

14/7: Reunião Ampliada e AGE definirão pauta da campanha salarial unificada

União. Depois de três reuniões conjuntas, dirigentes do SERJUSMIG, SINJUS-MG e SINDOJUS-MG traçaram os eixos que nortearão a pauta de reivindicações da categoria em 2018. Em Reunião Ampliada e AGE, Sindicatos ouvirão os Servidores sobre os itens que comporão cada eixo da pauta.

| Pág. 3



DATA-BASE E AUXÍLIOS: LUTA INTENSA

Os projetos de lei que concedem a revisão-geral (data-base 2017) e instituem os auxílios Saúde e Transporte dos Servidores têm demandado uma incansável luta da categoria. Na ALMG, dirigentes sindicais pressionam os deputados a agilizar a tramitação dos projetos e a aprová-los.

| Págs. 4 e 5

SERJUSMIG IMPETRA MS CONTRA PROVIMENTO DA MORDAÇA

De forma imediata e pioneira, tão logo o Conselho Nacional de Justiça - CNJ publicou o Provimento 71/18, o SERJUSMIG impetrou Mandado de Segurança contra a norma, por entendê-la como grave ameaça à liberdade de expressão dos Servidores.

| Pág. 8

Edital de Convocação - AGE dia 14/7

O SERJUSMIG - Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais, representado por sua presidente, Sandra Margareth Silvestrini de Souza, nos termos dos artigos: inciso I do art. 3º, arts. 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, letra g do art. 13 e inciso III do art. 15, todos do Estatuto da Entidade, convoca todos os seus sindicalizados para a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a ser realizada no dia 14 de julho de 2018 (sábado), às 9h, em 1ª convocação, com o número regimental; e às 9h30, em 2ª convocação, com o número de participantes, na Associação Médica de Minas Gerais - "Teatro Oromar", localizada na Av. João Pinheiro, 161 - Centro - BH/MG.

Tão logo ocorra a 1ª convocação será dado início a uma reunião ampliada, conjunta com o SINJUS e o SINDOJUS, para tratar sobre a Campanha Salarial Unificada da Categoria. Essa será interrompida para a segunda convocação, às 9h30, sendo, então, aberta a AGE. Uma vez aberta, a AGE será suspensa para continuidade da reunião ampliada, que terá duração máxima de duas horas, podendo ser por tempo inferior. Ao término desta, a AGE será retomada com a votação dos itens a seguir, devendo os presentes aprovarem ou rejeitarem:

1) Campanha Salarial Unificada: SERJUSMIG, SINJUS e SINDOJUS, com a pauta aprovada na reunião ampliada da manhã de 14/07/2018, com os seguintes itens: reposição de todas as perdas inflacionárias; fixação de, no mínimo, 0,5% da despesa total com pessoal para a Promoção Vertical; fim da limitação de vagas por classe; instituição do Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde, conforme Resolução Nº 207 do Conselho Nacional de Justiça, garantindo a participação dos sindicatos; instituição de um programa permanente

de segurança institucional, com capacitação, treinamento e atualização dos servidores; fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); instituição de um programa de segurança pessoal e patrimonial nos prédios do Judiciário; reposição da defasagem do quadro de servidores via concurso público; atualização dos valores dos benefícios (auxílios alimentação, creche, saúde e transporte); direito ao servidor de usufruir de férias-prêmio mesmo com o saldo de férias regulamentares, nos mesmos moldes dos magistrados; indenização de férias-prêmios não gozadas por necessidade do serviço ou quando da aposentadoria; combate permanente à prática de assédio moral do TJMG.

2) Pauta específica da 1ª Instância, independentemente da pauta unificada constante do item 1 deste edital: equiparar os valores pagos aos assessores de magistrados da 1ª instância (cargo em comissão ou função de confiança) aos estabelecidos para os que assessoram os desembargadores; posse dos concursados do edital 01/2017; realização urgente do concurso público para os cargos de assistente social e psicólogo; criação do cargo de administrador do fórum ou instituição da gratificação pelo exercício desta função; publicação de quadro da pontuação referente à aplicabilidade dos cursos (títulos) em processo de promoção vertical; distribuição equânime do orçamento destinado à promoção vertical, entre todos os cargos, quadros e instâncias e unificação das carreiras das duas instâncias, conforme estabelecido no art. 22 da Resolução 219 do CNJ.

Belo Horizonte, 28 de junho de 2018
(a) Sandra Margareth Silvestrini de Souza
Presidente/SERJUSMIG

Descontração e vitalidade dão o tom no Arraiá do NAS

O Arraiá do NAS - Núcleo de Aposentados SERJUSMIG arrastou para a sede do Sindicato dezenas de aposentados que passaram uma tarde muito especial. Juntos, desfrutaram de boa música ao-vivo - executada por um cantor e um sanfoneiro de tirarem o chapéu, de quitutes e guloseimas típicas - daquelas de encher a boca d'água, de brincadeiras, muita dança e uma decoração de encantar os olhos. Tudo com direito a muito anarriê, alavantu e balancê!

Foi mais uma oportunidade de constatar que o NAS existe para organizar os aposentados em torno das lutas por seus direitos e, ainda, garantir a eles momentos de puro prazer e felicidade!



EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Sandra Margareth Silvestrini de Souza; **1º Vice-Presidente:** Rui Viana da Silva; **2º Vice-Presidente:** Ronaldo Ribeiro Júnior; **3º Vice-Presidente:** Alípio de Faria Braga; **Diretor Secretário:** Tatiana Correia Borges; **Sub-Diretor Secretário:** Juscelino Rademarker de Oliveira; **Diretor Financeiro:** Antônio Costa dos Santos Júnior; **Sub-Diretor Financeiro:** Patrícia Rocha Couto; **Diretor de Relações Públicas, Promoções e Eventos:** Simone Salgado Rodrigues Gomes; **Sub-Diretor de Relações Públicas, Promoções e Eventos:** Willer Luciano Ferreira; **Diretor de Recreação, Esporte, Lazer e Cultura:** Théó Léllis Alves Nardelli; **Sub-Diretor de Recreação, Esporte, Lazer e Cultura:** Denise Silvestrini de Campos; **Diretor Social:** Ana Maria Gomes de Souza Bertelli; **Sub-Diretor Social:** Sheila Augusta Ferreira Fernandes Salomé

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS: 1º Ênio de Senna Gomes Júnior; 2º Seabra Júnior Ferreira Santos; 3º Wellington Quintiliano; 4º William Christie da Mata Oliveira; 5º Jorge Antônio de Almeida; 6º José de Queiroz Toledo; 7º Jorcelina A. Ferreira. **SUPLENTE:** 1º Juliano Ribeiro da Cunha; 2º Antônio Carlos L. Ribeiro; 3º Eduardo Luiz P. Furbeta; 4º Luciano César; 5º Antônio Ancelmo de Souza; 6º Eduardo Ramiro Fernandes Sousa; 7º Nelma Borges Machado

Editoras Responsáveis: Ana Drummond Guerra (MG05574JP) e Renata Carneiro (MG08322JP)

Textos e diagramação: Ana Drummond Guerra e Renata Carneiro

Fotos: Ana Drummond Guerra, Renata Carneiro e colaboradores

Imagem da página 2: Freepik

Impressão: Gráfica Formato **Tiragem:** 11.000 exemplares

Reunião Ampliada discutirá Campanha Salarial Unificada

Está marcada para o dia 14 de julho a Reunião Ampliada que irá discutir a campanha salarial unificada dos Servidores do Judiciário Mineiro. O encontro será realizado às 9h, em primeira convocação, e às 9h30, em segunda convocação, na Associação Médica de Minas Gerais - "Teatro Oromar", localizada na Av. João Pinheiro, 161 - Centro - BH/MG, e vai reunir os Servidores da base de representação dos três sindicatos: SERJUSMIG, SINJUS-MG e SINDOJUS-MG.

A intenção da direção das três entidades é discutir e submeter à avaliação dos Servidores a pauta elaborada conjuntamente pelos dirigentes. Uma vez aprovada, ela será negociada com o TJMG e norteará as ações das entidades em defesa de seu acatamento.



Representantes do SERJUSMIG, SINJUS-MG e SINDOJUS-MG elaboraram a campanha salarial unificada em três encontros; categoria será ouvida dia 14/7

Nas três reuniões realizadas para elaborar a pauta, as entidades sindicais definiram três eixos prioritários para a campanha: **salário, carreira e condições de trabalho**.

Os dirigentes sindicais destrincharam cada um dos eixos nos itens abaixo, os quais, após submetidos à avaliação dos Servidores presentes na Reunião Ampliada, se aprovados, compõem a pauta de reivindicações:

Salário

- Reposição de todas as perdas inflacionárias.

Carreira

- Fixação de, no mínimo, 0,5% da despesa total com pessoal para a Promoção Vertical.
- Fim da limitação de vagas por classe.

Condições de trabalho

- Instituição do Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde, conforme a Resolução N° 207 do Conselho Nacional de Justiça, garantindo a participação dos sindicatos.
- Instituição de um programa permanente de segurança institucional, com capacitação, treinamento e atualização dos Servidores.
- Fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).
- Instituição de um programa de segurança pessoal e patrimonial nos prédios do Judiciário.
- Reposição da defasagem do quadro de Servidores via concurso público.
- Atualização dos valores dos benefícios (auxílios alimentação, creche, saúde e transporte).
- Direito ao Servidor de usufruir de férias-prêmio, mesmo com saldo de férias regulamentares, nos mesmos moldes dos magistrados.
- Indenização de férias-prêmios não gozadas por necessidade do serviço ou quando da aposentadoria.
- Combate permanente à prática de assédio moral do TJMG.

Após o debate na Reunião Ampliada, e após a aprovação da pauta final, os sindicatos realizarão, cada qual com sua respectiva base de representação, suas AGEs. Nessas assembleias, a pauta debatida conjuntamente na Reunião Ampliada deverá ser submetida à votação, em virtude de ser a AGE a instância sindical competente para tanto.

É imprescindível que os Servidores fiquem atentos aos chamados de sua entidade representativa e compareçam à reunião ampliada e às AGEs.

AGE do SERJUSMIG

Para reduzir custos, evitar desgaste de sua base, que, muitas vezes reside em comarcas distantes tem que enfrentar grandes percursos para vir a Belo Horizonte, o SERJUSMIG

realizará, na mesma data, imediatamente após o término da Reunião Ampliada, a AGE com sua categoria.

Além da pauta da Campanha Salarial Unificada, o Sindicato submeterá à votação de seus representantes a pauta que contém itens específicos da categoria:

- Remuneração pela assessoria dos magistrados de 1º grau.
- Posse dos concursados.
- Concurso Público para os cargos de assistente social e psicólogo.
- Remuneração pela Administração do fórum.

A conquista de melhores condições de salário, carreira e trabalho para todos depende da participação e demonstração de força das diversas categorias de Servidores que compõem o Judiciário Mineiro.

Só assim conseguiremos convencer o TJMG da importância de nossa valorização e reconhecimento. **Seja um agente transformador dos rumos da vida funcional dos trabalhadores do judiciário mineiro! Junte-se aos seus colegas e participe da campanha unificada!**

REUNIÃO AMPLIADA E AGE

DATA: 14/7 - SÁBADO

HORÁRIO: REUNIÃO AMPLIADA - 9H

AGE SERJUSMIG - IMEDIATAMENTE APÓS A REUNIÃO AMPLIADA

LOCAL: ASSOCIAÇÃO MÉDICA DE MINAS GERAIS - TEATRO OROMAR -
AV. JOÃO PINHEIRO, 161 - CENTRO - BH/MG

INSCRIÇÕES: (31) 3025.3507 OU E-MAIL: CONVENIOS@SERJUSMIG.ORG.BR,
COM ROSILENE

Data-base e auxílios: a luta incessante

Data-base 2017

Depois de ser aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça – CCJ da ALMG, o PL 4873/2017, que concede a revisão geral anual – data-base 2017 – aos Servidores do Judiciário, ficou meses parado na Comissão de Administração Pública – CAP, até ser finalmente aprovado no dia 18/4. Deputados defendiam que somente após a votação dos vetos que travam a pauta do Plenário desde o início deste ano o projeto deveria ser votado pelas Comissões. Mas os Servidores não aceitaram essa situação, foram à luta, mobilizados por seus sindicatos e, com isso, garantiram que a proposição fosse aprovada em todas as três comissões, sendo a última a de Fiscalização Financeira e Orçamentária, na sessão do dia 2/5, ficando, assim, pronto para ser votado em dois turnos do Plenário da Casa.

No entanto, para que qualquer projeto seja votado no Plenário, não pode haver nenhum veto a ser apreciado na pauta. Desde o início das atividades da ALMG em 2018, os deputados, que ainda não haviam aprovado em Plenário sequer um projeto, firmaram um acordo no dia 22/5, prometendo votar dois vetos por sessão até conseguirem desobstruir a pauta por completo.

Mas não foi isso que aconteceu. Mais de um mês depois desse acordo, 12 vetos continuam atravancando a pauta, fazendo com que os projetos permaneçam parados na Assembleia. Um franco desrespeito aos cidadãos, que são os únicos prejudicados com a queda de braço travada entre governistas e oposição. No caso específico dos Servidores do Judiciário mineiro, um desrespeito que compromete um direito legítimo de revisão das perdas inflacionárias que já vem sendo postergado por 14 meses.

Data-Base 2018

No final de maio, o técnico da Subseção Judiciária do DIEESE - SERJUSMIG/SINJUS, Thiago Rodarte, concluiu



Representantes dos sindicatos na ALMG: corpo a corpo com os deputados tem sido constante

estudos relativos à defasagem salarial acumulada pelos trabalhadores do Judiciário entre 2014 e 2018. Os levantamentos apontaram que as perdas somam 10,21%, isso considerando a aprovação dos 3,2% referentes à data-base de 2017, que constam do PL 4.873/2017.

Assim que tomaram ciência dos dados, o SERJUSMIG, o SINJUS-MG e o SINDOJUS-MG oficiaram a presidência do TJ, reivindicando a concessão da data-base 2018. As perdas relativas ao período da data-base 2018 (1/5/2017 a 30/4/2018) somam 2,76%. Entretanto, considerando as revisões concedidas no período de 1/5/2014 a 30/4/2018, descontado o resultado da inflação, conclui-se que os trabalhadores da Justiça mineira acumulam perdas de 12,99%, as quais cairão para 10,21% com a aprovação do PL 4.873/17 – que concede a revisão geral salarial relativa à data-base 2017.



Plenário completamente vazio e deputados sem votar nenhum projeto há mais de 120 dias

O cumprimento da Lei não gera nenhum aumento salarial para os trabalhadores, mas impede a redução do poder de compra dos seus vencimentos e proventos. O índice pretendido pelas entidades não é algo aleatório, mas, sim, oficial, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - da inflação oficial medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Assim, os Sindicatos esperam que o TJMG abra a mesa de negociação para assegurar a reposição das perdas salariais impostas a toda a categoria, cumprindo-se a Lei referente a Data-Base e o art. 37, X, da Constituição Federal de 1988.

ante dos Servidores no TJ e ALMG



Será uma árdua luta, para a qual o SERJUSMIG precisa contar com o apoio e a efetiva participação de sua base!

Auxílios

Com mais de dois anos de atraso, a minuta que implementa os auxílios Saúde e Transporte para os Servidores do Judiciário mineiro finalmente foi aprovada pelo Órgão Especial no dia 25/4.

celamento de salários dos servidores do Executivo e vão querer colocar como privilégio e risco às contas públicas a aprovação do PL dos Auxílios. Nos resta, junto à imprensa, mas em especial à sociedade, esclarecer: em primeiro lugar, os poderes têm definidos os percentuais que podem gastar com seus Servidores. O Judiciário está instituindo o benefício dentro da cota a que tem direito.”

Sandra reiterou, ainda, que os problemas financeiros do estado não podem mais ser atribuídos a Servidores que estão, no caso do Judiciário, acumulando perdas salariais de quase 14% e, em contrapartida, trabalham hoje com uma carga quase cinco vezes maior do que a de 10 anos atrás, mesmo com um quadro praticamente congelado de Servidores. “Os servidores públicos não podem ser responsabilizados pelos prejuízos e obrigados a pagar a conta da má gestão dos recursos públicos ou dos desvios de recursos”, ressaltou.

Compromisso do ex-presidente Herbert Carneiro com os sindicatos, reiterado pelo já também ex-presidente Geraldo Augusto, cujo mandato encerrou-se no dia 30 de junho, os auxílios percorreram um longo caminho até a aprovação.

Foram muitos ofícios e reuniões entre sindicalistas e desembargadores que integram as Comissões do Tribunal e o Órgão Especial. Várias sessões restaram frustradas no Órgão, nas quais a minuta recebeu sucessivos pedidos de vista. A aprovação só aconteceu após envio de Nota Técnica a todos os desembargadores pelo então presidente Geraldo Augusto, esclarecendo todos os pontos da minuta e dirimindo qualquer interpretação duvidosa que o texto possa ter suscitado, inclusive sobre a previsão financeira e orçamentária da despesa. Tão logo foi aprovada, a minuta foi publicada no DJe, dia 26/4.

O PL 5181/18 ficou parado na CCJ, tendo uma reunião sido cancelada por falta de quórum e outra deixado de apreciá-lo devido à falta de envio, pelo TJMG, de relatório de impacto orçamentário. Os sindicalistas percorreram exaustivamente os gabinetes dos parlamentares que integram a Comissão e também cobraram do TJMG o envio do documento solicitado por alguns deputados.

O projeto foi aprovado pela CCJ em sessão do dia 20/6 e seguiu para apreciação da Comissão de Administração Pública - CAP. Uma vez apreciado pela CAP, o PL segue para a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária - FFO. Depois disso, terá que ser aprovado em dois turnos pelo Plenário da Casa, cuja pauta, até o fechamento desta edição - permanece travada devido a 12 vetos governamentais.

Luta na ALMG

Mas a batalha pela instituição dos Auxílios e pela sua efetivação no contracheque dos Servidores ainda está longe de terminar. No dia 11/5, o PL que institui os auxílios Saúde e Transporte para os Servidores do TJMG foi distribuído na ALMG, onde recebeu numeração: PL 5181/18.

Tão logo o PL foi lido em Plenário, parte da imprensa deu início a uma série de críticas, no mínimo, equivocadas. A presidente do SERJUSMIG, Sandra Silvestrini, afirmou na ocasião: “O estado de Minas Gerais atravessa momento de par-



Rodada de viagens 2018 percor

Nos meses de maio e junho, mais comarcas mineiras receberam a visita do SERJUSMIG, representado pelos diretores Rui Viana e Ronaldo Ribeiro Junior. Até o momento, foram mais de 60 comarcas visitadas só este ano, em viagens que são mais que uma oportunidade de proximidade entre entidade e filiados: elas também possibilitam que a diretoria do Sindi-



Alvinópolis



Baependi



Bocaiúva



Brasília de Minas



Buenópolis



Cambuquira



Campanha



Caratinga



Coronel Fabriciano



Elói Mendes



Francisco Sá



Grão Mogol



Inhapim



Itamonte



Itanhandu



Januária



João Monlevade



Lajinha

re mais 36 comarcas mineiras

ato conheça de perto a realidade de sua base. Em mais essa etapa da Rodada de Viagens 2018, o SERJUSMIG agradece a calorosa acolhida dos Servidores e também a confiança dos diversos novos filiados, e reitera seu compromisso de se manter aguerrido na luta pelos direitos da categoria.



Lambari



Machado



Manhuaçu



Manhumirim



Mariana



Nova Era



Ouro Branco



Paraguaçu



Passa Quatro



Poço Fundo



Raul Soares



Rio Casca



Rio Piracicaba



São Domingos do Prata



São Francisco



Silvianópolis



Timóteo



Três Corações - Jesp

SERJUSMIG impetra MS contra a “Lei da Mordança”

À 0h30 do dia 18/6, os advogados Humberto Lucchesi de Carvalho e João Victor de Souza Neves, da Lucchesi Advogados Associados, impetraram, pelo SERJUSMIG, um Mandado de Segurança Coletivo para desonerar e desobrigar os servidores públicos da Primeira Instância do Judiciário mineiro de sujeitarem aos abusivos efeitos concretos e materiais do Provimento 71/2018 do CNJ.

O Mandado de Segurança Coletivo (MS 35.779) foi impetrado diretamente no STF.

Uma Nota de Repúdio já havia sido publicada pelo SERJUSMIG em conjunto com outras entidades, inclusive a Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados - FENAJUD, no dia 15/06, imediatamente após a publicação do Provimento.

O Provimento em tela se apresenta como uma ferramenta repugnante de censura e mordança ao exercício da liberdade de expressão e comunicação dos servidores públicos e magistrados do Poder Judiciário brasileiro nas redes sociais. Ele dispõe sobre o uso do

e-mail institucional pelos membros e servidores do Poder Judiciário e sobre a manifestação nas redes sociais.

A ação do SERJUSMIG, destacada pelo CONJUR, foi a primeira no Brasil a questionar a censura e a mordança do Provimento 71/2018, sendo esperado e desejado que sejam muitas, pois é inaceitável a manutenção deste instrumento de repressão.

O SERJUSMIG não abre mão do compromisso com a democracia, com a pluralidade e, sobretudo, com a possibilidade de manifestação do pensamento, seja em redes sociais ou por qualquer outro meio.

Nesse passo, registra-se que o status de servidor público não possui o condão de extirpar a condição de cidadão pensante e com voz.

O MS impetrado pelo SERJUSMIG teve muita repercussão na imprensa, sendo noticiado também pelo site *Migalhas* e pelo Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais.



PV 2016 é homologada

Após conturbada e demorada tramitação, a homologação da PV 2016 finalmente aconteceu no dia 22/5. Para que o edital fosse publicado, o SERJUSMIG teve que acionar o CNJ e fazer várias manifestações e reuniões que, ao final, resultaram em um acordo sobre o aumento do valor disponibilizado para a PV 2017 e agilização dos procedimentos para evitar mais prejuízos aos servidores. No dia 9/5, o TJMG publicou a classificação final da PV no DJe e, 13 dias depois, publicou a homologação do resultado.



Vencida essa etapa, o SERJUSMIG, que desde o começo tem sido incansável na luta em favor da promoção na carreira, tem empenhado todos os esforços para que os Servidores recebam nos novos padrões, assim como os retroativos (a janeiro de 2017), bem como para que sejam apontadas as vagas relativas a 2017. Mas, ao que tudo indica, a Administração do TJMG optou por aguardar a posse do novo presidente do TJMG, des. Nelson Missias, que acontecerá no próximo dia 29 de junho.

Correios